



Sociedade Brasileira de Geofísica

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2009.

Exmo. Sr.
Professor Doutor Jorge Almeida Guimarães
DD. Presidente da CAPES

A Sociedade Brasileira de Geofísica vem manifestar a preocupação dos programas de pós-graduação em Geofísica, em relação ao processo de avaliação desses programas no corrente triênio, principalmente no que se refere à pontuação da produção científica sintetizada pelo Qualis.

As novas diretrizes do Qualis foram apresentadas à comunidade de Geociências, inicialmente em outubro de 2008, durante o Congresso Brasileiro de Geologia em Curitiba e, em novembro do mesmo ano, durante o Simpósio Regional de Geofísica, em Belém. Nesta oportunidade os coordenadores de programas de pós-graduação em Geofísica e demais interessados reuniram-se com membros do comitê de avaliação e seu representante de área, Prof. Dr. Roberto Dall'Agnol, quando então a comunidade de geofísicos manifestou sua insatisfação com os novos critérios de avaliação por entender que eles trazem prejuízos insuperáveis a algumas subáreas e especialidades da área de Geociências.

Inicialmente chamamos a atenção ao fato de que a reestruturação do Qualis foi baseada em análise quantitativa e estatística da produção da área no triênio anterior (2004-2006). Então cabe a pergunta: por que foi utilizada essa base de dados e não todos os periódicos da área catalogados no Journal Citation Reports (JCR)? No documento "Reestruturação do Qualis", item 9, disponibilizado na página da CAPES, lê-se: "*O Qualis assim terá um papel indutor claramente definido, não se limitando a analisar onde a área publica, mas indicando também onde se deve publicar*". Portanto o procedimento adotado não só contraria esse espírito, como também pode prejudicar a pontuação no atual triênio ou em triênios subsequentes, pois o perfil da produção científica em um dado período pode sofrer mudanças.



O mesmo documento recomenda que os cinco estratos estabelecidos sejam povoados significativamente com periódicos importantes da área e que deva haver uma diferenciação para os estratos mais altos, destacando a excelência. Portanto, falta uma justificativa de natureza conceitual das razões pelas quais se estabelece o percentual máximo de 20% de periódicos indexados nos níveis A1 e A2, bem como a pontuação de todos os estratos. Sendo essa uma decisão do CTC-ES, como nos foi informado, então este critério aplica-se igualmente a todas as áreas do conhecimento. Porém o mesmo documento “Reestruturação do QUALIS” não fixa esse percentual e trata o assunto de uma forma genérica, indicando que as diversas áreas poderiam ter limites diferenciados, como é de se esperar, por conta da diversidade de características existente.

O comitê da área de Geociências, desde a última avaliação trienal, reconhece a existência de subáreas dentro dessa área maior, bem como de programas de pós-graduação mais restritos focados em uma única especialidade. Isto significa que existe uma diversidade de subáreas e especialidades dentro das Geociências que podem ser prejudicadas com os atuais critérios que não levam em conta que o índice de impacto depende das áreas, subáreas e especialidades.

Particularmente a Geofísica é uma área em franco desenvolvimento. Nos últimos anos, a sociedade brasileira recebeu com júbilo a retomada da pesquisa petrolífera em função de mudança no marco regulatório em 1998, a intensificação nas atividades de exploração mineral, a crescente demanda em estudos e mitigação de impactos ambientais, questões estratégicas para o desenvolvimento econômico do país e, mais recentemente, as descobertas de petróleo no chamado “pré-sal”. Esses fatos refletiram na demanda por profissionais geofísicos e as universidades públicas expandiram a oferta de cursos de graduação em Geofísica com a criação de 5 novos cursos (UFPA, UFF, UNIPAMPA, UFRN e UnB) nos últimos 7 anos. Os cursos mais antigos (USP e UFBA criados respectivamente em 1984 e 1991) tiveram que remodelar seus currículos e/ou aumentar o número de vagas. A conseqüência é a necessidade de expansão dos quadros docentes, além da reposição de vacâncias em função de aposentadorias. Esta tem sido uma tarefa difícil já



Sociedade Brasileira de Geofísica

que há poucos pesquisadores e profissionais disponíveis em função do aquecimento do mercado. Por essa mesma razão, os cursos de pós-graduação estão se defrontando com a evasão do corpo discente.

Desta forma as mesmas perspectivas favoráveis ao desenvolvimento da área fragilizam, ao menos momentaneamente, os programas de pós-graduação em Geofísica. Portanto, se mantidos os atuais critérios Qualis aprovados em outubro de 2008, esses programas serão severamente prejudicados, alguns com alta probabilidade de serem descredenciados.

Esta Sociedade entende que é necessário que se proceda a uma análise dos impactos que os novos critérios de avaliação irão causar para a área em questão. Este é o objetivo que temos em apresentar o documento anexo que traz uma proposta alternativa para o QUALIS para a área de Geociências, resultado dos debates anteriormente citados. A proposta tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do processo de avaliação e atender de forma mais justa as especificidades das áreas, subáreas e especialidades e para o qual pedimos sua atenção.

Gostaríamos também, aproveitando esta oportunidade, de solicitar esclarecimentos sobre as razões que levaram à não realização da avaliação anual de acompanhamento, como vinha sendo adotado até 2007. As avaliações CAPES exercem efeito muito positivo nos programas de pós-graduação, no sentido de corrigir falhas e aumentar a qualidade, eficiência e produtividade. Para isso, entretanto, é necessário que as regras e critérios que irão nortear a avaliação de cada triênio sejam divulgados no início do mesmo. Alterações de qualquer natureza e, principalmente aquelas radicais como representa o Qualis-2008, deveriam ser introduzidas após ampla discussão com a comunidade e sempre aplicadas no triênio subsequente, para que os programas tenham a clareza de como serão avaliados.

Agradecemos desde já a atenção que venham a merecer o documento que ora encaminhamos, bem como nossas considerações aqui expressas. Esperamos estar contribuindo para o aperfeiçoamento de um processo transparente que, sem dúvida, tem que



Sociedade Brasileira de Geofísica

ser continuamente revisto e modificado procurando-se adequá-lo às novas realidades e de forma a levar tranquilidade à comunidade acadêmica nacional.

Atenciosamente,

Edmundo Julio Jung Marques
Presidente da SBGf